

Arilson Favareto

A racionalização da vida rural

Introdução¹

Entre o ditado medieval que dizia “o ar das cidades torna as pessoas livres” (Weber, 2000), até a recente constatação de que para a maior parte dos europeus, hoje, “os campos são mais associados à liberdade do que as cidades” (Hervieu & Viard, 1996), certamente algo acontece. As mudanças por que passou o desenvolvimento dos territórios rurais, mais intensamente nos últimos trinta anos, representam o início de um novo momento em sua longa evolução. Se a extensa transição para o capitalismo trouxe consigo o “fim da tirania da distância e da agricultura”, nos termos de que falava Paul Bairoch (1992), os tempos atuais parecem completar aquele longo movimento e iniciar uma nova ancoragem da ruralidade. Em Favareto (2006) procurou-se, tendo por base uma análise de aspectos históricos e

Arilson Favareto é sociólogo, doutor em Ciência Ambiental pela USP, professor da Universidade Federal do ABC (arilson@uol.com.br).

¹ Este artigo é uma versão modificada do quinto capítulo da tese de doutorado do autor (Favareto, 2006), defendida junto ao Programa de Pós-graduação em Ciência Ambiental da Universidade de São Paulo.

A racionalização da vida rural

cognitivos, demonstrar em que consiste o conhecimento que se tem sobre desenvolvimento rural. Foi possível ver como os processos sociais contemporâneos integram o urbano e o rural, em vez de opô-los inconciliavelmente, como bem o demonstram as mudanças demográficas em curso – com a atração ao universo rural de classes médias, aposentados, profissionais liberais –, as transformações econômicas – com o aumento das rendas não-agrícolas, a diversificação das economias rurais –, e as inovações institucionais – com a regulação crescente do rural por sua importância como paisagem e como fonte de recursos naturais. Este artigo, especificamente, tem por principal objetivo remontar aos aspectos teóricos, com o principal intuito de delinear uma abordagem condizente com o conteúdo social do rural contemporâneo. Se o paradigma fundado numa visão agrária do mundo rural perde poder explicativo, que tipo de abordagem pode revelar uma maior aderência aos contornos do real?

Deixando de lado os autores e abordagens que não conferem estatuto explicativo ao rural, talvez não seja equivocado dizer que a literatura contemporânea tem destacado três implicações teóricas fundamentais que emergem com a nova ruralidade. Primeiro, trata-se efetivamente de um novo momento. Isto é, mudam a qualidade das instâncias empíricas fundamentais definidoras do rural e as formas de articulação entre elas. E aí o traço marcante é o deslizamento do caráter estruturante dos processos agrários para processos intersetoriais e regionais, ou, em outros termos, territoriais. Um deslocamento que tem, na sua base, um novo enraizamento ambiental da ruralidade, com repercussões para a economia destes territórios, para o perfil demográfico e a estratificação social local, e para as instituições que regulam o uso dos recursos naturais e o comportamento dos agentes. Esta é uma dimensão que tem sido muito sublinhada nos trabalhos de Marcel Jollivet (1998) e que é muito bem equacionada nos recentes artigos de José Eli da Veiga (2005a,

2005b). Segundo, este traço marcante da nova ruralidade não é, obviamente, um processo homogêneo. Não é preciso ir muito longe para encontrar realidades onde os conflitos agrários, no seu sentido mais tradicional, se mostram presentes. E muitas vezes de maneira cruel. Este caráter multifacetado, onde formas de integração a mercados dinâmicos, novas práticas sociais e novas formas de uso dos espaços rurais coexistem com situações de forte estagnação econômica e degradação social, coloca a ênfase nas múltiplas possibilidades de construção da ruralidade, numa composição de identidades e conflitos potencialmente bastante diversa e cujo sentido dependerá sempre das heranças políticas e culturais e das formas de inserção na economia e na sociedade envolvente. Com nuances, este viés está presente em autores como Marsden (1998, 1999), Mormont (2000), Jean (1997) e em toda uma literatura discutida com muita propriedade particularmente em Wanderley (2000). Terceiro traço a destacar, tanto esta nova direção dos fenômenos rurais como sua manifestação desigual e heterogênea só podem ser compreendidas a contento através de uma abordagem que refira tais processos a agentes concretos, a práticas sociais que têm por portadores sujeitos sociais. Uma necessidade que contrasta com a tendência claramente dominante em abordar os processos de desenvolvimento exclusivamente sob o viés normativo que o debate comporta. Na literatura européia esta é uma preocupação presente nos estudos de Ray (2000, 2002), por exemplo, e tem sido crescentemente enfatizada nos trabalhos recentes de Abramovay (2005).

Cada uma destas três dimensões aqui sumariamente destacadas pode, por certo, ser objeto de aprofundamentos e aplicações. Foi isto o que se procurou fazer em Favareto (2006): mostrar uma direção emergente para os processos de desenvolvimento rural e situada na sua longa evolução histórica, demonstrar algo sobre sua heterogeneidade e as razões disto, sublinhar o *em-*

A racionalização da vida rural

beddedness da dependência de percurso e da mudança institucional. Neste artigo, pretende-se apresentar uma idéia que permita, como corolário, abordar os diferentes aspectos a que cada uma destas dimensões faz referência. O argumento central, e isto é obviamente uma idéia de clara inspiração weberiana, é que um traço marcante da ruralidade contemporânea é o *crescente processo de desencantamento e racionalização da vida rural*. As próximas páginas estão organizadas de maneira a demonstrar que esta idéia, além de permitir que se ponha em relevo um aspecto da maior importância e, no entanto, pouco enfatizado na literatura sobre o tema, representa também um *dépassement* do paradigma clássico de explicação do desenvolvimento rural e que tem por fundamento básico uma visão eminentemente agrária e tradicional.

A primeira seção é dedicada a uma reflexão sobre teoria social e desenvolvimento rural. Pretende-se estabelecer um diálogo com os aspectos mais usualmente invocados nas teorias sociais para explicar fenômenos de desenvolvimento rural. O objetivo é mostrar os descolamentos entre alguns dos pressupostos presentes naquelas teorias, ou em interpretações e desdobramentos ulteriores, e as mudanças que se fizeram sentir de maneira mais acentuada nos últimos trinta ou quarenta anos. A segunda seção, num movimento em certa medida inverso, destaca a validade daquele outro elemento explicativo fornecido pelas teorias clássicas: a crescente racionalização que passa a orientar tanto a conduta ético-cotidiana do conjunto de seus agentes como a moldagem das instituições informais e formais que regulam as relações sociais típicas destes espaços.

Trata-se, em síntese, de propor uma abordagem que permita uma tripla aderência à nova condição do objeto ao qual ela é aqui direcionada. Ela tem uma aderência histórica, já que o processo de racionalização, como ensina Weber, representa uma trajetória de muito longa duração, tal como a própria evolução

da ruralidade. Ela tem uma aderência morfológica, à medida que as formas de ação racional comportam uma racionalidade instrumental, derivada da adequação entre meios e fins, e que em geral informa as concepções vulgares da questão, mas envolve também formas de racionalidade substantiva, isto é, referidas a valores. Distinção que será importante para compreender a diversidade de situações presentes nas diferentes manifestações da ruralidade no mundo contemporâneo e nas diferentes maneiras de grupos sociais distintos se posicionarem no interior de cada uma delas. E, por fim, ela tem uma aderência conceitual, por estar ancorada numa robusta teoria social que lhe dá suporte e que é fornecida pelo pensamento do grande sociólogo alemão.

Crítica à visão agrária dos territórios rurais

O estudo da relação entre as cidades e os campos já estava presente desde antes da institucionalização das ciências sociais e de seus ramos de conhecimento.² Mas as bases fundadoras das abordagens que viriam a se consolidar nas ciências sociais, também neste terreno, encontram-se melhor sistematizadas em dois de seus grandes clássicos: Marx e Weber. Abramovay (1992) começa seu livro destacando justamente ser impossível encontrar uma questão agrária formulada explicitamente na

² No século XIX, é justamente sobre a relação entre estes dois pólos, tendo a realidade russa por objeto, que Storch elabora sua *Theory of Civilization*: enquanto cidades são identificadas como centros de cultura em termos de empreendedorismo, aprendizagem, conhecimento tecnológico, a chave do desenvolvimento consiste em trazer os campos para próximo das cidades, utilizando para isso os caminhos naturais como os rios (Backhaus & Meijer, 2001), num reflexo claro de uma situação onde a necessidade de integração entre os espaços se faz presente, ao mesmo tempo que os ventos da época trazem claramente os signos da industrialização e da urbanização crescente.

A racionalização da vida rural

obra de Karl Marx. É verdade que há várias passagens de seus mais importantes textos dedicadas às condições políticas do campesinato – como em *O Dezoito Brumário de Luís Bonaparte* –, ou às particularidades que envolvem a renda da terra – como em *O capital* e nas *Teorias da mais-valia*. E que em certos trechos de *Formações econômicas pré-capitalistas* ou em *A ideologia alemã* o tema da relação entre as cidades e os campos aparece, embora tratado nos quadros da divisão social e espacial do trabalho típica da emergência do capitalismo. Mas não será possível encontrar nos escritos do pensador alemão conceitos e articulações teóricas que permitam dar conta nem da especificidade que cerca a produção familiar e o lugar que ela vai ocupar no desenvolvimento capitalista, nem das manifestações espaciais diferenciadas do desenvolvimento rural.

Tanto o já citado Abramovay, como também Malagodi (1993) e Hegedus (1986), entre outros, procuram mostrar em seus trabalhos como o campesinato e a questão agrária não ocupam um “lugar”, propriamente falando, no esquema teórico de Marx. Mais que isso, destacam que há uma espécie de impossibilidade lógica em compreender ontológica e epistemologicamente esta forma social de produção dentro de seus quadros cognitivos. Isto porque a oposição capital-trabalho adquiriria um estatuto fundante na dialética do desenvolvimento capitalista, a qual, com seu caráter progressivo e envolvente, acabaria por subsumir todas as outras formas, tidas como pretéritas. Esta dinâmica, assim como os problemas lógicos e teóricos que ela traz, é tratada com clareza e propriedade por estes autores, e por isso foge aos propósitos destas linhas reproduzi-la. Basta destacar que, não obstante esta ausência, ou este lugar meramente subsidiário nos esquemas teóricos marxianos, toda uma retórica e um amplo repertório de escritos científicos e políticos foram construídos em torno da especificidade do desenvolvimento

capitalista na agricultura e das articulações econômicas e de classe a que ela dá origem.³

Uma primeira vertente se constituiu a partir da obra de dois importantes teóricos marxistas: Lenin e Kautsky. Do primeiro, destacam-se, sob o tema que aqui mais interessa, os livros *O Programa agrário da social-democracia russa* e principalmente *O desenvolvimento do capitalismo na Rússia*. Do segundo, seu mais famoso texto: *A questão agrária*. Em Kautsky, sua ênfase vai no sentido de demonstrar que, com o progresso das forças produtivas, os pequenos estabelecimentos não teriam como incorporar as inovações tecnológicas, organizacionais e econômicas em igualdade de condições com a produção capitalista. Como decorrência, a integração com a indústria estaria reservada aos capitalistas, restando aos camponeses a subordinação crescente, até a inviabilidade de sua reprodução social. Já em Lenin, há uma tentativa em classificar a heterogeneidade dos segmentos de agricultores de sua época. Mas estas diferenças serviam, sobretudo, para divisar a porção de estabelecimentos que poderia evoluir em direção ao pólo capitalista daqueles que deveriam

³ A conhecida passagem de *Teorias da mais-valia* é totalmente auto-explicativa a respeito: "...o desenvolvimento econômico distribui funções entre diferentes pessoas; e o artesão ou o camponês que produz com seus próprios meios de produção ou será transformado gradualmente num pequeno capitalista que também explora o trabalho alheio ou sofrerá a perda de seus meios de produção e será transformado em trabalhador assalariado". Se há alguma exceção na obra de Marx quanto a um tratamento específico da questão camponesa, ela está no texto conjunto com Engels, *A questão camponesa na França e na Alemanha*. Mas também ali trata-se mais de um texto político do que de uma análise detida da situação histórico-concreta deste grupo social em cada um dos dois países. A leitura do texto deixa clara a derivação das conclusões sobre as possibilidades futuras dos camponeses do sistema lógico erigido em torno da oposição capital-trabalho. Cf. Abramovay, 1992.

A racionalização da vida rural

crescentemente passar a viver em condições que os aproximariam mais e mais do proletariado, inicialmente através de uma cada vez maior dependência da venda de sua mão-de-obra, ainda que preservando a posse da terra, e definitivamente através da perda completa da autonomia e sua total redução à condição de proprietário exclusivamente de sua força de trabalho. Estas idéias se materializaram nos conceitos de “diferenciação social”, em Lenin, e de “industrialização da agricultura”, em Kautsky.

O que é comum a ambos é esta idéia geral de que a agricultura e o mundo rural devem ser vistos como parte do desenvolvimento capitalista. Parte da fragilidade destas teses está no fato de que elas tinham mais a ver com os embates políticos e os dilemas que precisavam ser teoricamente equacionados à época do que, propriamente, com análises econômicas e sociológicas. E, na análise econômica, prevalece uma ênfase econômica e setorial. Outro problema está nos limites históricos mesmo destas teorias. O que nem estes autores nem seu maior inspirador, Karl Marx, poderiam prever é que a realidade dos países do capitalismo avançado, sem falar, portanto, nas formações periféricas, iria apresentar um grande desmentido histórico às suas teses. As formas familiares de produção não só negaram a inevitabilidade de sua mera transformação em proletariado com firmaram-se mesmo como a forma predominante na maior parte dos principais países capitalistas.⁴

A plena integração da agricultura à indústria não trouxe consigo a artificialização de todas as etapas do processo produtivo nem mostrou qualquer inaptidão das formas familiares à incorporação do progresso técnico. Embora tratem das formas soci-

⁴ Abramovay (1992) relata exemplos históricos nos EUA, Inglaterra e na Comunidade Européia. A explicação das razões históricas do porque isto se deu desta maneira é central do livro de Veiga (1991).

ais de produção, tais concepções tiveram repercussão para as manifestações espaciais do desenvolvimento capitalista. Se há, nos clássicos, esta impossibilidade em compreender a especificidade destas formas que viriam a se tornar as predominantes, obviamente as articulações destas formas em termos de processos territoriais também não poderiam estar presentes. Todas as análises daí derivadas pecam ou por exagerar no caráter envolvente das dinâmicas emanadas do universo industrial e urbano, como *locus* privilegiado das trocas e da localização das empresas dos setores secundário e terciário, ou por analisar o rural como espaço dotado de características próprias, mas cuja lógica é sempre reativa ou dependente ao pólo dominante. Nas ciências sociais, esta perspectiva assumiu, sobretudo, a forma das várias teorias baseadas em uma espécie de *continuum* entre o urbano e o rural. Nesta idéia, menos do que uma diferença substantiva há um prolongamento, incompleto, parcial, arrefecido, do urbano e do industrial sobre o rural, o agrícola, o agrário. Assim como em relação ao campesinato, a marca do rural em uma tal abordagem é justamente seu “não lugar”.

Uma segunda vertente é formada por aqueles estudos que procuraram justamente partir desta lacuna e construir um modelo explicativo fundado na especificidade das formas camponesas e dos traços distintivos da ruralidade. Sobre uma economia camponesa, os principais nomes são, sem dúvida, Alexander Chayanov e Jerzy Tepicht. O tipo de questão que estes autores se colocaram era diferente daquilo que havia motivado as teorias de Lenin e Kautsky porque era diferente o contexto de suas obras. Chayanov e Tepicht deparavam-se já com a necessidade de interpretar as condições de permanência do campesinato sob o desenvolvimento das forças produtivas e não apesar delas ou contra elas. Da mesma forma, nos vários escritos das teorias que tratam das sociedades camponesas, o que está em jogo é explicar um sistema de oposições sociais onde este personagem

A racionalização da vida rural

ocupa papel de destaque, complexificando, portanto, a polarização entre operários e capitalistas.

Se nos desdobramentos da primeira vertente têm origem as teorias do *continuum*, neste caso a afirmação da especificidade vai influenciar a origem de várias teorias que passarão a enfatizar o aspecto da *dicotomia* entre o rural e o urbano. Mesmo assim, também aqui a história se encarregou de solapar as bases de tais edifícios teóricos. Primeiro, abalando as condições da autonomia camponesa, tão bem retratada em Abramovay (1992). Segundo, e como que por extensão, implodindo os alicerces da sociedade agrária.

Já em Weber, a parte de sua teoria geralmente invocada para tratar da análise do fenômeno da urbanização é aquela dedicada à questão da sociabilidade. E, de fato, em seu pensamento há um sentido geral no movimento do real que pode ser expresso pelas idéias de “racionalização do mundo” e “autonomização das esferas”. O problema aqui é o uso mesmo da noção de sociabilidade para falar de um movimento geral, envolvente ao conjunto da sociedade. A complexidade pode ser mensurada pelo fato de que a elucidativa introdução de Gabriel Cohn à edição brasileira de *Economia e Sociedade*, intitulada *Alguns problemas conceituais e de tradução em Economia e Sociedade*, adverte que o termo “sociedade” – *Gesellschaft* – não ocupa lugar central na terminologia weberiana, onde costuma ser substituído por uma expressão que designa mais propriamente as relações interindividuais constitutivas da sociedade do que esta rede de relações já dada. Esta expressão sim – *Vergesellschaftung* – poderia ser traduzida por socialização, mas esta solução foi abandonada na tradução brasileira porque poderia induzir interpretações equivocadas de certas passagens e também porque convinha realçar o aspecto de relação e, portanto, de ação social típica da análise weberiana. A solução encontrada foi adotar o termo “relação associativa”, num intuito de sublinhar que não há qual-

quer sentido pré-determinado na ação social dos indivíduos, em sua socialização, e sim que ela se dá em bases muito específicas e permeadas pelas circunstâncias sociais imediatas, pelo sentido social atribuído pelos próprios indivíduos em sua ação (Weber, 2000).

A coisa fica mais nebulosa quando se descobre que há um par para a *Vergesellschaftung* de Weber, a *Vergemeinschaftung* – relação comunitária. Sob novos termos, reproduz-se, outra vez, a oposição comunidade-sociedade. Mas isto, e parece ser este o ponto enfatizado pela solução adotada por Cohn, não apaga o fato de que, em Weber, apesar do movimento geral do real em direção à maior racionalização, o sentido da ação é sempre dado na percepção e representação dos agentes, embora não se esgote nela por ser mediada pelas circunstâncias imediatas.

Não se trata então nem de antepor uma objetividade externa à ação social dos agentes, nem de restringir a explicação aos termos da interação entre eles, mas de entender a trama na qual ela se compõe, onde as idéias canalizam interesses moldando o sentido da ação social. É nesse sentido também que o resgate da tipologia das cidades abre uma brecha para pensar diferentes tipos de cidades e, pois, diferentes relações com os campos que as envolvem. Os critérios adotados para a definição das cidades, em Weber, abrem assim margem para duas abordagens: a oposição *Gemeinschaft-Gesellschaft*, mas também a abordagem relacional. Claro que a que viria se instituir foi a oposição comunidade-sociedade, tanto mais que a sociologia rural nasce com a pressão por compreender os fenômenos relacionados à desestruturação de comunidades rurais pelo avanço do processo de industrialização e de desenvolvimento capitalista (Martins, 1986a, 1986b).

A oposição comunidade-sociedade tem na verdade uma origem anterior, em Tonnies, que formaliza uma idéia de rural com ca-

A racionalização da vida rural

racterísticas próprias, derivadas da condição de isolamento:⁵ as situações correlatas à condição de ruralidade serão identificadas no interconhecimento, coesão, continuidade, emotividade e tradição; e ao urbano, inversamente, irão corresponder situações como a impessoalidade, a mobilidade, o racionalismo, a inovação. Daí, em parte, o diálogo natural que se estabeleceu entre a sociologia rural e a antropologia, e não com a economia ou a geografia. Uma concepção que se institucionaliza posteriormente com o texto clássico de Sorokin (cf. Sorokin, Zimmerman & Galpin, 1986).

Já na abordagem do *continuum*, a oposição entre os dois pólos vai ser substituída por uma gradação que, a rigor, se mostra uma forma diferente da mesma dicotomia: um pólo será tomado como ativo, como dominante, e o outro como passivo, como aquele sobre o qual agem os processos sociais emanados do outro extremo, aos quais só cabe a adaptação ou a reação.

É assim que as décadas de 1920 e 1930 são palco da institucionalização dos estudos rurais como ramo específico da sociologia e os anos que se seguiram, dos desdobramentos das perspectivas inicialmente adotadas. Para o caso dos Estados Unidos, tanto quanto da França, por exemplo, o primeiro momento foi fortemente marcado pela adesão aos marcos gerais da sociologia clássica, com definições claramente apoiadas na perspectiva dicotômica. Posteriormente, no caso da sociologia americana as análises passam a sofrer a influência decisiva do ambiente vivido com o auge da modernização agrícola, numa tendência que viria a se consolidar posteriormente na chamada sociologia

⁵ É bom lembrar que, no caso do pensamento de Tonnies, o problema mais sério diz respeito às aplicações que foram feitas a partir dele. Neste autor, a oposição comunidade-sociedade, embora estruturada a partir de critérios polarizadores, dá origem a uma tipologia, cuja lógica teórica é muito próxima do recurso weberiano dos tipos ideais.

da agricultura, onde o rural perde importância para a agricultura e a estrutura agrária (Friedland, 1982). Na França, por sua vez, as perspectivas marcadas pela influência dos clássicos vão sendo seguidas por abordagens que, também influenciadas pelas mudanças no ambiente do pós-guerra, irão passar a tomar para análise as contradições entre a chamada “sociedade camponesa” (cf. Mendras, 1976) e os efeitos da modernização, até desembocar, nos anos 1970, na temática que envolvia a chamada “urbanização dos campos”.⁶

Esta evolução, no entanto, não deve deixar a impressão de que, desde os clássicos, há um movimento linear e sem nuances de submissão e profecia quanto ao fim do rural ou quanto à irremediável subordinação histórica do rural ao urbano. Se em sociologia isto não chega a ser límpido e cristalino, na historiografia francesa e na história econômica alemã é possível encontrar nomes como Braudel, Schmoller, Ropke, que sempre estiveram enfatizando as interdependências entre os dois espaços. Nestes autores, a interdependência surge não da análise das causas do desenvolvimento, talvez com exceção de Braudel, e sim da identificação dos efeitos deletérios deste sobre as cidades, como a proletarianização, e da necessidade de encontrar caminhos para amenizá-la. A possibilidade anunciada nestes autores reside nas diferentes modalidades possíveis de integração dos campos. Nestes casos trata-se de algo um tanto próximo da tradicional visão do *continuum*, mas com uma pitada de antevisão do que aconteceria a partir do pós-guerra, com o papel reservado às unidades familiares e àquilo que alguns chamaram de interiorização do desenvolvimento.

Este amplo e rico conjunto de obras infelizmente ficou minorado pelas repercussões de outros como Lefebvre, que, inversa-

⁶ Ver principalmente o volume especial da *Études Rurales* organizado por Georges Duby (1973).

A racionalização da vida rural

mente, preferiu ver no movimento do real o completo triunfo da urbanização. Segundo o filósofo e sociólogo francês, originalmente um pesquisador dedicado aos estudos rurais, a passagem para o último quarto do século passado havia representado a emergência da sociedade urbana, a sucessora da sociedade industrial: a Revolução Urbana. Por Revolução Urbana Lefebvre (1970/2002) compreendia o conjunto de transformações que a sociedade contemporânea atravessava para passar do período em que predominaram as questões relativas ao crescimento e industrialização para outro onde a problemática urbana prevaleceria decisivamente, um período em que a busca das modalidades próprias à sociedade urbana passaria ao primeiro plano.⁷

O que muda em termos de instâncias empíricas e de articulação conceitual nas teorias sobre desenvolvimento com a “nova ruralidade”, da qual a abordagem territorial é uma das mais proíferas expressões? Deve ter ficado claro que os contornos da ruralidade no capitalismo contemporâneo ainda não encontraram um padrão claro e com relativo grau de homogeneidade, tal como no período que vai do pós-guerra até a crise do produtivismo. Os parâmetros desta situação são determinados por quatro ordens de fatores: a) as metamorfoses por que passam os espaços rurais, com uma uniformização entre os mercados de bens econômicos e simbólicos característicos dos universos rural e urbano e os processos sociais a isso subjacentes (encurtamento das distâncias entre rural e urbano, amenidades rurais como objeto de consumo urbano, acesso a equipamentos outrora típicos do urbano às populações situadas nas áreas rurais etc); b) as mudanças no padrão de regulação que incide sobre as áreas rurais, o que envolve a reforma das políticas agrícolas, a

⁷ Para uma crítica mais detida ao pensamento de Lefebvre sobre o triunfo da civilização urbana, ver Veiga (2004).

crescente regulação dos fatores ambientais, e a tentativa de encontrar novos equilíbrios entre as atribuições e instrumentos de regulação entre diferentes níveis geográficos; c) as novas dinâmicas demográficas e econômicas dos espaços rurais, com destaque para a multiplicidade de agentes que fazem esta nova ruralidade e a igual diversificação e diferenciação das atividades produtivas nos espaços rurais; d) a crescente valorização das amenidades rurais como principal vantagem comparativa destes territórios (Favareto, 2006).

A breve reflexão feita nesta seção serve principalmente para mostrar que, nas raízes clássicas da teoria social, as possibilidades de compreensão dos fenômenos rurais se consolidaram, destacadamente, a partir de dois registros. Um, de viés econômico, onde as estruturas determinantes do desenvolvimento rural estão assentadas nos caracteres agrários destas sociedades. E outro, de viés cultural, no qual a tradição e a oposição comunidade-sociedade é que adquirem estatuto fundante em tais processos. Como foi demonstrado em Favareto (2006), as bases sociais destes dois pilares foram solapadas com as mudanças introduzidas na vida rural nas últimas décadas, esvaziando seu conteúdo explicativo. Mas, e isto é fundamental sublinhar, esta crítica à visão agrária dos territórios rurais não significa uma rejeição dos clássicos para explicar os fenômenos relativos ao rural, e sim a um paradigma que encontrou nestes pressupostos uma determinada base cognitiva. O pensamento de Marx e Weber pode, sim, a partir de outros elementos contidos em suas teorias, instrumentalizar uma análise do desenvolvimento rural. Numa perspectiva marxista, é possível valer-se dos recursos da dialética para explicar, a partir do estudo de casos concretos, as injunções, conflitos e complementaridades entre o rural e o urbano. Numa perspectiva weberiana, a idéia de racionalização, absolutamente central em sua obra, pode,

A racionalização da vida rural

igualmente, fornecer uma poderosa e inovadora abordagem. É isso o que se pretende esboçar na próxima seção.

A racionalização da vida rural

Antes de mais nada, e para evitar interpretações errôneas, é preciso compreender exatamente o que o conceito de racionalização significa. Em geral, a idéia de racionalização sugere uma lógica instrumental, de mera adequação entre meios e objetivos. No entanto, a tipologia de Weber é bem mais complexa. Segundo ele, a ação social pode ser: a) *racional com relação a fins*, quando é determinada por expectativas quanto ao comportamento de outros homens ou objetos do mundo exterior e quando tais expectativas funcionam como condições para o alcance de fins racionalmente avaliados e perseguidos; b) *racional com relação a valores*, quando é motivada pela crença consciente no valor, seja ele ético, estético, religioso ou outro próprio de uma certa conduta, independente de êxito; c) *afetiva*, quando especialmente é emotiva, fundada em afetos e sentimentos; d) *tradicional*, quando determinada por um costume arraigado (Weber, 2000). No mesmo texto ele destaca ainda que só muito raramente a ação social está orientada *exclusivamente* por um destes tipos (grifo de Weber). Longe de tratar-se de uma classificação exaustiva, trata-se sim de tipos puros, construídos com fins de pesquisa, os quais servem como referência de análise, para se saber o quão próxima ou distante a realidade em estudo deles se encontra.

Não há impossibilidade lógica – ao contrário, há probabilidade real – de que os tipos apareçam juntos e combinados. Nada impede, portanto, que a ação social de indivíduos ou grupos sociais seja motivada, a um só tempo, por uma ação racional com relação a fins e com relação a valores ou até mesmo com a tradição. Mas, da mesma forma, nada impede também que um destes tipos seja predominante. Este é o ponto que aqui se quer destacar, que a racionalização avança por todos os domínios da

vida rural, em geral vista sob o signo oposto, como lugar da tradição em oposição à modernidade geralmente representada pelo mundo urbano.

O momento atual representa, na verdade, a etapa mais recente de um longo processo de desencantamento e racionalização que tem início nos tempos mais remotos da vida em sociedade. Pierucci (2003) refaz toda a trajetória do conceito de desencantamento em Weber e sublinha os marcos fundamentais. Não cabe aqui repeti-lo. Para os nossos propósitos, cabe apenas destacar as correspondências entre a evolução dos espaços rurais e este processo de desencantamento e racionalização.⁸

Até a Revolução do Neolítico e a formação dos primeiros assentamentos humanos não se pode falar em distinção cidade e campo e, nesse momento, o encantamento da vida cotidiana é quase total. O advento da agricultura permitiu a introdução de uma primeira ruptura, representada pela possibilidade de manipulação da natureza, do mundo, do encantado, em um outro grau que o nomadismo, e a maior sujeição às condições naturais que lhe é inerente, antes não permitia. Desloca-se com isso, e progressivamente, a possibilidade dos homens sobre sua condição de estar no mundo com correspondentes impactos no sentido da ação social dos indivíduos.

A longa etapa na evolução da ruralidade, que vai do nascimento do fenômeno urbano até a industrialização, e que Bairoch designou como um período marcado pela “tirania da distância e da agricultura”, comporta, na verdade, um lento movimento de racionalização, que pode ser desdobrado esquematicamente

⁸ Esta periodização do longo processo de desencantamento e racionalização da vida rural, expresso nos três parágrafos a seguir, sintetiza elementos fornecidos por algumas obras fundamentais sobre racionalização, vida rural e relações entre a sociedade e natureza. Cf., principalmente, Pierucci (2003), Bairoch (1992), Ponting (1995), Thomas (2001).

A racionalização da vida rural

em alguns passos. A profecia do judaísmo antigo, que vetava qualquer forma de adoração e meios mágicos, associada ao pensamento helênico, estabelece uma nova e ainda mais profunda ruptura, constituindo-se numa espécie de ponto nodal do desencantamento do mundo e, como correspondência, de eticização e moralização da vida social. A relação com o mundo natural aprofunda aquela inversão no tocante aos primórdios e iniciada já na etapa anterior – de um animal entre outros o homem passa a se ver como aquele ser diferenciado que recebe a terra do Deus pai para nela crescer, povoar e fazer frutificar. O mundo é visto como criação de Deus, morada do homem. Enquanto tal, é, a um só tempo, submetida aos desígnios humanos, porque este é filho do senhor do universo e nesta condição ela lhe foi dada, mas é também sagrada porque concebida por este deus e seu mais valioso presente. Não é mais mágica, porque o poder não emana mais das coisas, como os espíritos das florestas. Com o advento do Iluminismo completa-se a mudança de comportamento em relação à natureza. Mais e mais ela é vista e tomada como esfera a ser dominada e posta a serviço da condição humana, com tudo aquilo que a técnica e o desencantamento do mundo, em lugar do mágico e do sagrado, permitem.

A posterior associação entre ciência e processo produtivo completa o longo movimento. No plano das idéias seu correspondente aparece na associação entre a racionalidade com relação a fins, que permitia o equacionamento de interesses materiais dos homens, e uma racionalidade com relação a valores, na qual os interesses ideais de salvação são com ela conciliados através da ética compatível com o “espírito” do capitalismo. Assim como as cidades foram as portadoras das idéias religiosas que desencantaram o mundo antigo e medieval, elas são, até aqui, o lugar por excelência no qual tais idéias e interesses podem estar em afinidades eletivas.

A nova etapa do desenvolvimento rural comporta também um novo momento neste longo processo de racionalização da vida rural. São três os seus traços mais marcantes. No que diz respeito às formas de condução da vida cotidiana, completa-se a extensão da racionalização para todos os domínios da vida rural, sobrepondo-se não só às formas encantadas de relação com a natureza, mas, até mesmo, à tradição, no caso das relações associativas. No que diz respeito à relação entre sociedade e natureza, não ocorre nem uma intensificação da oposição levada aos limites na etapa anterior, nem um reencantamento do mundo natural ou retraditionalização. Acontece, antes, o contrário, a busca por uma diminuição da assimetria entre sociedade e meio ambiente, cuja melhor expressão se encontra na crescente valorização das amenidades naturais e nas tentativas de contenção dos problemas ambientais globais. E, por fim, quanto à relação rural-urbano, deixa de ser prerrogativa das cidades e do urbano estar em afinidades eletivas com as possibilidades de se fazer da vida uma vida crescentemente conduzida.

Este novo conteúdo da racionalização da vida rural no mundo contemporâneo tem suas bases, no plano material, na ascensão de interesses compatíveis com ações de conservação ambiental, seja pelas perdas geradas com o desgaste de recursos naturais que afetam tantas empresas, países e regiões, seja pela introdução de especialidades econômicas e intelectuais relativas a tais esforços ou ao aproveitamento destas amenidades naturais como negócio ou como conforto material. No plano dos interesses ideais, a motivação vem da tentativa de combinar à ocidentalização e a tudo o que ela implica os pressupostos éticos presentes na retórica do desenvolvimento sustentável e que não lhe são nada naturais: a conservação da natureza, a coesão social e melhoria das possibilidades materiais das pessoas, a oportunidade de reencontro com o passado e com a natureza que o rural muitas vezes propicia.

A racionalização da vida rural

Dito desta forma o processo de racionalização deixa ver sua face mais positiva. Mas assim como Weber utilizou a metáfora da gaiola de ferro para se referir ao futuro da humanidade diante da expansão da racionalidade vida afora, também aqui há um lado cinzento. Esta dupla face da racionalização só pode ser enxergada através do exercício em mostrar como ela ocorre na vida social e por que meios. É o que se pode ver, por exemplo, nas formas encontradas por determinados grupos sociais para levar adiante suas perspectivas de reprodução social através da vida cotidiana, ou na tradução destes conteúdos em termos de regras formais e informais.

O desencantamento dos campos (ou racionalização e vida cotidiana)

A imagem que se tem dos campos e de suas populações guarda uma estreita correspondência com um certo encantamento do mundo. Isto tem início nos ritos pagãos da Antigüidade, com as festas e oferendas aos deuses da terra, da fertilidade. Algumas destas práticas se metamorfosearam ou se prolongaram no tempo, não mais na forma de conteúdos mágicos, mas como permanências inscritas na tradição. Como foi visto nas páginas anteriores, mesmo estas formas correntes de tradicionalismo expressam, também elas, um forte conteúdo de desencantamento e de racionalização, o que poderia parecer paradoxal aos olhos do senso comum. O que acontece, como mostra Weber, é que tais práticas deslocam o sentido do mundo, de poderes sobrenaturais e imanentes às coisas para as formas pelas quais os homens orientam sua ação. Mesmo as benesses atribuídas aos santos, que enviam a chuva ou garantem boas colheitas, deixam progressivamente de se apresentar como o resultado de ações mágicas, de poderes liberados ou mobilizados, por exemplo, através do sacrifício de um animal simbólico ou algo que o valha, para serem entendidas como resultado de penitências e do

merecimento derivado das formas de conduta que estas populações adotam visando ser dignas destes desígnios extraordinários. Em resumo, mesmo mediada pelo religioso, a ação dos indivíduos lhes resguarda uma relação de causalidade entre a maneira de condução ético-racional da vida e os resultados disto esperados. Em uma palavra, mesmo para acessar o extraordinário é preciso inscrever na dimensão intramundana as práticas capazes de levar a tanto.

Mais do que desencantamento, a vida rural cotidiana, nos tempos atuais, é crescentemente exposta a conteúdos sociais que reforçam, também ali, o movimento de crescente racionalização do mundo. Assim como na parte dedicada à nova etapa da ruralidade, em Favareto (2006), foi importante fazer referência à realidade dos países do capitalismo avançado, por ter sido ali que a urbanização foi mais longe, agora, para analisar a racionalização, talvez seja mais profícuo recorrer a exemplos de regiões mais pobres e precárias, por, inversamente, ser ali que a tradição se mostra mais presente.

Magalhães (2005) mostra este movimento de desencantamento e racionalização de maneira muito clara num estudo sobre as finanças de populações sertanejas tradicionais da Bahia. Ele parte, inicialmente, de exemplos da literatura do século XIX ao cinema do século XXI para mostrar como o sertanejo guarda em si a imagem da resignação e da conformação com suas condições sociais e de submissão às forças da natureza. O romance *O Quinze*, de Raquel de Queiroz, ao retratar o flagelo da seca, mostra com profundidade os traços psicológicos de um povo que é pressionado por forças históricas e naturais e que se vê obrigado a aceitar fatalisticamente seu destino. Em *Os Sertões*, Euclides da Cunha traça o retrato de um sertanejo que, apesar de ser um forte, é dominado pelas superstições e crendices conservadas pelo longo isolamento, que o tornam crédulo, místico, receoso. Magalhães nota ainda que, já nos anos recentes, no

A racionalização da vida rural

filme de Walter Salles, *Abril despedaçado*, adaptado do livro de Ismail Kadaré, a imagem da rotação incessante da bolandeira, uma roda de engenho movida por uma junta de bois, representa este destino imutável, o absoluto enraizamento da família na terra, no clima, prisioneira das tradições.

É este o tipo de população que Magalhães vai estudar para tentar compreender como eles conseguem se desfazer dos laços de dependência financeira, gerados pelos vínculos tão sedimentados de controle e de dominação típicos destes lugares. Seu ponto-de-partida é a ação das comunidades eclesiais de base e dos sindicatos de trabalhadores rurais, a partir dos anos 1970, vista como decisiva para promover um processo de mudança cultural e a formação de uma densa rede de relações sociais novas ao contexto de então. Os “círculos bíblicos”, as celebrações coletivas e as festas religiosas foram as primeiras e mais elementares experiências de construção de uma nova coesão social naquela região. As práticas religiosas populares eram organizadas por leigos, lideranças comunitárias, que, além da missão religiosa, promoviam discussões sobre a realidade local, os problemas dos agricultores, a importância das organizações e o levantamento e articulação das suas reivindicações e necessidades. Foi deste trabalho religioso que surgiram as primeiras associações comunitárias e as oposições aos sindicatos locais que, à época, reproduziam as relações tradicionais. Esta foi, enfim, a porta de entrada de um processo longo de racionalização da vida dos sertanejos. E foi também uma condição fundamental para viabilizar a formação de organizações que exigem, ao mesmo tempo, plena racionalidade econômica, cooperação e projeto social: as cooperativas de crédito.

É no mínimo curioso notar como, mais uma vez e repetindo aquilo que Pierucci (2003) mostrou para a longa trajetória de desencantamento do mundo, a religião se institui portadora de um tal processo. Mas, obviamente, isto não é imanente às vir-

tudes religiosas. Magalhães mostra como esta ação encontrou um ambiente histórico favorável onde pesaram igualmente: uma crescente monetarização da vida econômica local, com tudo o que isso tem de correspondente em termos de introdução do cálculo e de impessoalidade; o acesso crescente a tecnologias como a meteorologia, que serviu para, no mínimo, dividir com o religioso as explicações sobre as manifestações do mundo natural; e a existência de conflitos e relações de dominação, cuja metabolização e encaminhamento por parte destas populações só poderiam se dar no plano da religião ou da política. Foi nas fissuras abertas por tais processos que a mediação da esquerda católica contribuiu com uma certa forma de compreendê-los e encaminhá-los num determinado sentido.

Através de outros estudos e pesquisas que tocam também nas condições de reprodução social de populações rurais é possível ver o que há de libertador, mas também o que há de desestruturção de todo um universo material e simbólico. Isto é particularmente visível naquelas situações que envolvem as dimensões geracional e de gênero.

A análise de Abramovay et al. (2003) sobre os dilemas que cercam a transmissão do patrimônio familiar entre pequenos agricultores do Sul do Brasil é extremamente elucidativa. O que os autores constataram, ao analisar a situação e as perspectivas de filhos de agricultores de certas áreas brasileiras, é que os tempos atuais trazem consigo o fim de um padrão específico de sucessão, muito antigo, o minorato. Durante várias gerações constituiu-se uma tradição que consistia em deixar com que o estabelecimento agrícola fosse herdado pelo filho mais novo. Esta convenção permitia, a um só tempo, que a família encaminhasse para o matrimônio as filhas moças, que parte da produção fosse destinada para a compra de lotes de terra aos filhos mais velhos, à medida que estes iam constituindo suas próprias famílias, e ainda que o filho mais novo ficasse assim preso à pro-

A racionalização da vida rural

priedade, garantindo não só moradia, mas o acompanhamento da velhice dos pais.

Este padrão implode por uma série de razões. Na raiz de todas elas está uma mudança nos padrões demográficos das regiões rurais. As filhas de agricultores são as que mais saem destes espaços. É muito comum que elas passem a habitar núcleos urbanos relativamente próximos, diante da falta de espaço na lógica de transmissão patrimonial no seio da família, para estudar ou trabalhar. Com isso, elas são inseridas em outros círculos sociais e aumentam seu capital cultural. Neste novo ambiente é comum que elas acabem contraindo o matrimônio, em geral tendo como parceiros pessoas não mais vinculadas à atividade agrícola.

Estas novas possibilidades oferecidas pelos núcleos urbanos – acesso à educação, à infra-estrutura e até mesmo a um mercado matrimonial mais diversificado e promissor – seduzem também os rapazes. E, em geral, torna-se difícil voltar às lides do trabalho rural após experimentar certos confortos e excitações que nestas regiões mais carentes ainda são mais comuns na vida urbana. Tanto é que o êxodo continua existindo ali onde o padrão de urbanização ainda não tornou viável às populações locais terem acesso a equipamentos sociais básicos e oportunidades sem que para isso seja preciso migrar. E, inversamente, naquelas regiões onde a coexistência dos espaços rurais e urbanos se fez de modo a garantir uma alta mobilidade entre os dois pólos, ali se tem visto não só um arrefecimento do êxodo rural como uma forte atração populacional.

Em ambas as situações, um traço inegável é que as habilidades agora exigidas para a gerência e boa performance dos estabelecimentos rurais não podem mais se resumir àqueles conhecimentos transmitidos de pai para filho. As novas dinâmicas econômicas que condicionam a atividade agrícola ou outras realizadas nos estabelecimentos rurais impõem um maior grau de

exigência quanto a habilidades gerenciais, de identificação e conquista de mercados específicos, conversão de produtos e culturas. Aspectos, enfim, que pressupõem um maior domínio técnico sobre o tradicional trabalho rural.⁹

Também a pesquisa de Heather et al. (2005), sobre mulheres em Alberta, mostrou os conflitos inerentes a estas mudanças e maiores entrelaçamentos entre ações antes determinadas mais diretamente pela tradição e agora expostas às forças emanadas da integração entre mercados de trabalho urbano e rural, entre expectativas familiares e sociais. As mulheres entrevistadas relatavam que a reestruturação havia afetado suas decisões, a forma de organizar-se em torno do trabalho profissional e do trabalho doméstico não reconhecido e não remunerado. Elas falavam do peso da dupla expectativa que sobre elas repousa e da necessidade que sentem em tentar corresponder a ambos, o que muitas vezes leva a problemas de saúde e dramas psicológicos.

Em todos estes casos trata-se de situações onde as maneiras de condução da vida cotidiana por populações rurais sofrem um deslizamento nas suas formas de enraizamento social, de uma situação antes pautada pela tradição e pelos vínculos com o mundo agrário e que agora se desloca para a integração entre esferas, fazendo-se acompanhar de crescente desencantamento e racionalização. O conteúdo destas formas de racionalização da vida cotidiana não é dado de antemão, ele se estabelece com o sentido da ação social para os agentes, importando tanto sua estrutura cognitiva constituída, como o campo de possibilidades e de interações em que ela atua, um campo determinado

⁹ Ver a respeito, para o caso francês, um tratamento de fenômenos muito similares a estes vistos no Sul do Brasil em Bourdieu (2002) e Champagne (2002). Livros que tem os sugestivos títulos “*Le bal des celibataires*” e “*L’heritage refusé*”.

A racionalização da vida rural

pelas injunções entre o meio ambiente, as estruturas sociais e as instituições.

Da regulação total, à regulação setorial, à regulação territorial (ou racionalização e instituições)

Enquanto a vida cotidiana mostra como a racionalização penetra naquilo que há de mais individual nas relações sociais, as instituições permitem perceber como ela se expressa em formas propriamente societais. Também aqui é preciso destacar que se trata de um tipo de racionalização muito antigo. Mesmo em populações as mais tradicionais é facilmente possível encontrar regras que regem as formas de apropriação e uso de recursos naturais. Isto começou já com a definição de direitos de propriedade no surgimento mesmo da agricultura e adquiriu seus contornos mais nítidos na modernidade recente, quando não só o uso do solo é objeto de forte regulamentação, mas também o volume, a qualidade, o destino e os processos de produção na agricultura e na criação animal. A grandeza e a extensão das formas de regulação sobre o espaço rural podem ser dimensionadas pelo fato de que a maior parte do orçamento da União Européia é consagrada aos gastos com a política agrícola e que, dentre as inovações trazidas nos anos mais recentes, é na promoção da dinamização de economias rurais que se encontra boa parte dos mais profícuos esforços. Neste caso, a novidade não é tanto a existência destas instituições, mas sim o peso e a direção que elas adquirem no período mais recente.

Construídas em grande parte sob os auspícios do modelo produtivista e, portanto, orientadas para este fim, as formas de regulação do espaço rural têm passado crescentemente de um compromisso em torno dos aspectos setoriais que envolvem a produção agrícola para um compromisso territorial (Coulomb, 1991). Na Europa, a reforma da PAC é o exemplo mais claro. Ali os critérios que se traduziam em garantias e estímulos aos

produtores agrícolas vêm sendo, muito lentamente e a duras penas, substituídos por mecanismos que impulsionam a preservação das paisagens, um maior cuidado com os riscos de contaminação de águas e solos, uma valorização dos aspectos não diretamente mercantins, enfim. Isto tem reforçado muito mais os instrumentos de políticas anteriormente existentes e que já atuavam na dimensão espacial, como as políticas regionais e de ordenamento territorial. Os dados reunidos por Veiga (2005b) sobre a Itália são impressionantes. Em primeiro lugar, 11% da superfície do país fazem parte do sistema de unidades de conservação, como parques, reservas e áreas protegidas. Segundo, algo como 15% do território estão inseridos no sistema de incentivos do Programa Natura 2000 e que prevê sua inclusão num sistema de Zonas Especiais de Conservação. A dimensão crescente da regulação dos espaços naturais pode ser mensurada no subtítulo de um instigante livro de Bertrand Hervieu – *Le retour à la nature: au fond de la forêt... l'État*. Isto é, mesmo ali, onde o mundo natural parece estar mais longe da interferência das instituições é impossível escapar às regras e convenções.

Na América Latina a direção é similar, apesar das diferenças históricas e estruturais. Mesmo com todas as restrições, no Brasil um terço dos agricultores familiares já tem acesso a sistemas de financiamento. Se a transição nas políticas de desenvolvimento rural do viés setorial ao territorial ainda é tímida, todo o arcabouço de leis ambientais não é nada desprezível. Ehlers (2004) mostrou claramente como as possibilidades de dinamização e de conservação das áreas rurais não podem ser compreendidas sem que se faça referência às instituições que regulam o comportamento dos agentes no que diz respeito aos recursos naturais. Mais recentemente, a introdução de uma nova legislação para exploração econômica das florestas tende a sinalizar um novo caminho, onde a interferência das instituições certamente crescerá ainda mais.

Quem são os agentes da nova ruralidade? (ou racionalização e estruturas sociais)

A afirmação do espaço rural como objeto pertinente de compreensão pelas ciências sociais passa pelo delineamento do seu significado como *esfera social* do mundo contemporâneo. Este conceito, central na sociologia weberiana e em muito similar ao conceito de campo em Bourdieu, tem em seu núcleo lógico a afirmação de que a unidade em questão – neste caso o espaço rural – representa uma esfera relativamente autônoma do mundo social: *relativamente* no sentido de que há injunções com outras esferas e *autônoma* porque é governada por “regras” específicas que governam sua estrutura e dinâmica. Estas regras expressam o conteúdo de racionalização que governa esta esfera, e este conteúdo, por sua vez, é indissociável tanto da compreensão que os agentes sociais têm sobre os valores e formas de condução ético-racional no interior deste espaço, como da racionalização social que se expressa na formação das instituições formais e informais.

Com o deslizamento de significado que ocorre nas três dimensões definidoras da ruralidade – a relação com a natureza, as relações de interconhecimento e os vínculos com o sistema de cidades –, torna-se necessário compreender em termos teóricos o que muda nas articulações entre estruturas sociais, instituições e no enraizamento ambiental no novo momento. Nas seções que compõem este texto, tentou-se demonstrar como a idéia de racionalização da vida rural permite remeter às várias dimensões aqui implícitas, em particular aquelas mais destacadas pela literatura contemporânea: a necessidade de uma abordagem de longo prazo, a importância em compreender a heterogeneidade e a manifestação desigual da nova direção dos processos de desenvolvimento rural, e a inevitabilidade de se recorrer a uma abordagem que não privilegie apenas as interações, mas também as estruturas e conflitos a elas inerentes.

Mas, se o movimento de racionalização da vida rural e se os novos conteúdos empíricos da nova ruralidade não são lineares, o que determina a diferenciação? É possível esboçar seus contornos mesmo que esquematicamente? Os desenhos a seguir têm a intenção de ilustrar o que poderia ser um sistema de oposições típico da “nova ruralidade”. Seus agentes podem ser identificados, a partir de análises concretas de situações objetivas, por sua posição nesta estrutura.

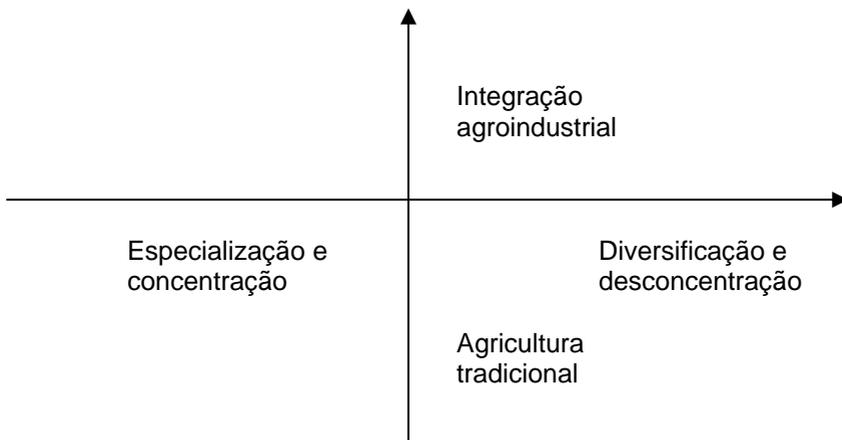
O desenho 1 se refere ao sistema de oposições da ruralidade pretérita e comporta dois eixos. No eixo X os territórios rurais variavam a sua posição a depender do maior ou menor grau de integração aos sistemas agroindustriais. Este é um eixo que permitia uma aproximação capaz de caracterizar a intensidade de erosão das condições de autonomia das comunidades rurais por aquilo que por muito tempo a literatura convencionou chamar genericamente de “penetração das relações capitalistas no campo”. Era desta crescente integração à sociedade urbana e industrial que falavam estudos clássicos como os de Antonio Cândido (1964) e Maria Isaura Pereira de Queiroz (1979). No eixo Y, a posição varia de acordo com o maior grau de concentração e de especialização destes territórios. Esta oposição remete, de um lado, à distribuição dos trunfos, habilidades ou capitais, a depender da orientação teórica em questão e, de outro, combinadamente, à maior possibilidade de que ali sejam geradas as instituições necessárias à dinamização econômica acompanhada de maior coesão social.

Já o desenho 2 se refere ao sistema de oposições da nova ruralidade. No eixo X, os territórios rurais passam a variar sua posição a depender do maior ou menor grau de utilização de novas formas de uso social de recursos naturais. Neste eixo a oposição se desloca do grau de integração do rural para uma nova qualidade de integração, aquela ditada pela nova forma de enraizamento ambiental da ruralidade e seus correspondentes para as

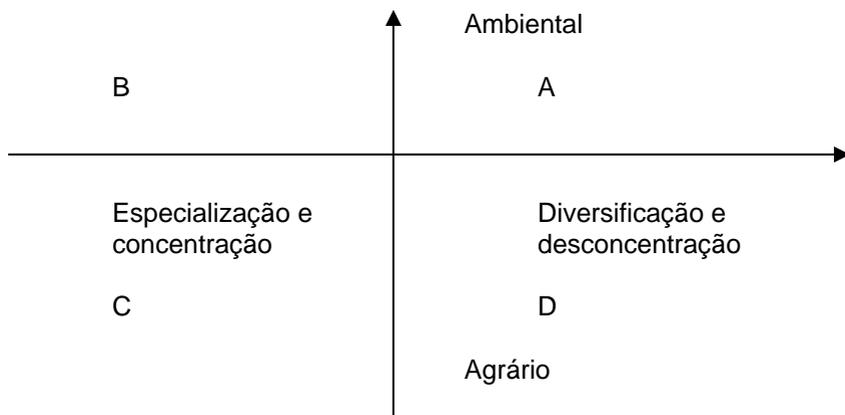
A racionalização da vida rural

estruturas sociais e as instituições. No eixo Y mantém-se a variação das posições de acordo com o maior grau de concentração e de especialização destes territórios, já que também na nova ruralidade os processos de desenvolvimento obedecem, em parte, às mesmas regras de outras esferas e têm a ver com desconcentração e diversificação dos tecidos sociais e também dos ecossistemas.

Desenho 1. Sistema de oposições da ruralidade pretérita



Desenho 2. Sistema de oposições da nova ruralidade



Em linhas gerais, os quatro quadrantes que surgem neste desenho poderiam ser definidos de acordo com seus significados em termos de enraizamento ambiental, estruturas sociais e instituições.

Situação A - Ruralidade ambiental e estruturas sociais mais diversificadas e desconcentradas

Um determinado padrão de urbanização associado a características morfológicas do território, envolvendo o meio ambiente e a estratificação social, favoreceu a que ali se criasse uma forma de uso social dos recursos naturais onde a busca pela conservação encontra correspondentes em formas de dinamização da vida social. A diversificada economia local conta com um alto grau de integração econômica e de coesão territorial. Paisagem, cultura e economia se entrelaçam de uma maneira a fazer com que se consiga associar a dinamização econômica com bons indicadores sociais e com desempenho positivo em indicadores ambientais. Algo semelhante é o que ocorre em regiões como o Vale do Itajaí, em Santa Catarina.

A racionalização da vida rural

Situação B - Ruralidade ambiental e estruturas sociais mais especializadas e concentradas

Embora as características morfológicas do território, no que diz respeito ao meio ambiente, favoreçam a conservação, as características da estratificação social não contribuem para que ali sejam criadas as instituições capazes de diminuir as fraturas entre grupos sociais por conta de sua posição social. A conservação encontra-se em conflito com as possibilidades de dinamização da vida local. O padrão de urbanização é ainda incipiente ou não se deu numa direção onde não houve uma valorização do rural. Este é o caso típico de certas áreas da Amazônia, onde a presença da floresta convive com o avanço da agricultura de negócios. As estruturas sociais locais não apresentam vigor e um padrão de interação suficiente para fazer frente ao movimento de expansão das atividades primárias, resultando em perda de biodiversidade e em depleção dos recursos naturais como terra e águas. Há um alto grau de conflito entre instituições e as populações locais são fortemente afetadas por ele.

Situação C - Ruralidade setorial e estruturas sociais mais especializadas e concentradas

As características morfológicas do território em termos ambientais e sociais engendram uma relação de exploração com o rural com restritas possibilidades de conservação e com maior risco de esgarçamento dos tecidos sociais, apesar da possível dinamização econômica com o setor primário e de transformação. As regiões que experimentam um forte dinamismo dependente da atividade agrícola se encaixam neste tipo. Ali a riqueza gerada estabelece uma relação entre o município-pólo do território e os demais onde todos os recursos são concentrados, não resultando em expansão da riqueza para o conjunto dos grupos sociais. As possibilidades de conservação ambiental são restritas ao mínimo exigido por lei, como no caso de preservação de

remanescentes, matas ciliares e vegetação de topo de morro. A biodiversidade local é fortemente comprometida ou ameaçada pelo vigor da exploração agrícola comercial. Nos casos das regiões mais dinâmicas, como algumas áreas do interior do Estado de São Paulo, o padrão de urbanização oferece uma infraestrutura e serviços até razoáveis, mas concentrados. Em outras, menos dinâmicas, a especialização setorial e o enrijecimento das estruturas sociais levam ainda a um padrão onde impera a precariedade, caso das regiões cacauceiras na Bahia ou na Zona da Mata pernambucana.

Situação D – Ruralidade setorial e estruturas sociais mais diversificadas e desconcentradas

São situações onde, embora as características morfológicas do território já não sejam tão promissoras no que diz respeito aos recursos naturais, as estruturas sociais poderiam favorecer um processo de mudança e de criação de novas instituições. No entanto, as formas de dominação econômica impedem ou bloqueiam esta inovação. Há fissuras entre o setorial e o ambiental, e entre os grupos sociais. Um exemplo deste tipo de território é o Oeste Catarinense. Uma concentração de grandes empresas agroindustriais convive com uma estrutura social baseada num expressivo segmento de agricultores familiares. A região apresenta uma dinâmica econômica razoável, mas convivendo com indicadores sociais e de desigualdade não tão bons e com vários problemas ambientais relativos a solos e águas. As possibilidades de reprodução dos grupos sociais locais ainda dependem muito dos vínculos extralocais, favorecendo a perda de recursos humanos valiosos. Com isso bloqueia-se a possibilidade aberta pela configuração social local de maiores interações e de criação de novas instituições capazes de mudar o rumo do desenvolvimento territorial.

A racionalização da vida rural

O caráter emergente da nova ruralidade fará com que, usando novamente a representação esquemática, a parte inferior ao eixo X se desloque, diminuindo sua importância quantitativa, e que em seu lugar surja uma nova oposição. Este esboroamento das sociedades agrárias, expresso tanto no movimento indicado na passagem do desenho 1 ao desenho 2 e seus correspondentes campos de oposição, só adquire contornos de fatalidade nos marcos do paradigma agrário. Ali, trata-se da diluição de um mundo social, com o que isto tem de tragédia e de criação. De tragédia porque ficaram prisioneiras do sistema de oposições típico de seu tempo. De criação porque o novo sistema de oposições abre possibilidades antes não claramente inscritas.

Assim como para o capitalismo o tipo puro se deu quando a racionalidade prático-técnica propiciada pela evolução das condições cognitivas e materiais da época encontrou a racionalidade prático-ética da cultura protestante, fazendo assim eclodir uma enormidade de possibilidades tanto na criação de instituições condizentes com este novo momento como na introdução de mudanças nas formas de condução ético-cotidiana da vida (Pierucci, 2003), talvez não seja exagero dizer que a possibilidade histórica de ocorrência de um tipo puro como a situação A indicada neste desenho representa igual teor no que diz respeito às tentativas de se equacionar as dimensões presentes na retórica do desenvolvimento sustentável. Isto é, se a utopia do século XXI, para usar os termos de Veiga (2005a), consiste neste anseio por melhorar a condição humana e natural através da dinamização econômica com ampliação das possibilidades das pessoas e com conservação ambiental, é preciso, antes de mais nada, reconhecer que determinadas configurações territoriais têm conseguido fazê-lo. E isto ocorreu ali, onde o urbano e o rural não estabeleceram desenvolvimentos concorrentes e inconciliáveis, mas antes integrados e co-determinados. Mais ainda, esta possibilidade não foi resultado exclusivo da introdu-

ção unilateral ou exógena de nenhuma norma ou sanção, mas sim da evolução de configurações historicamente determinadas, em cuja trajetória houve um crescente processo de racionalização, permitindo que, nestes termos mesmo, a um só tempo ecológicos, históricos e racionais, se constituíssem as estruturas sociais e as instituições necessárias para tanto.

Na nova ruralidade, passível de compreensão por uma abordagem territorial, não é possível mais identificar um ator ou grupo social predominante, como na ruralidade pretérita. A intersectorialidade que marca as economias locais e a heterogeneização crescente de suas populações exige um reconhecimento compreensivo, em profundidade, das dinâmicas e dos agentes que delas são portadores. E isso só é possível por meio da análise da evolução desta configuração territorial, das formas de racionalização que lhe correspondem e das posições sociais de seus agentes, tal como aqui se tentou esboçar.¹⁰

Conclusão

Um traço marcante da nova ruralidade é o crescente processo de racionalização da vida rural. Um primeiro domínio onde isso se expressa são as formas de condução ética do cotidiano, cada vez mais pautadas pela ação racional, seja com relação a fins ou com relação a valores, e menos pela ação tradicional ou por formas mágicas de relação com o mundo. Outro são as instituições, entendidas como meios de racionalização de conflitos e interesses, e de sua materialização em compromissos formais e informais, em regras sociais. Nos dois casos o rural adquire um novo sentido, pois passa a ser um lugar onde é possível uma vida crescentemente conduzida e onde os conteúdos soci-

¹⁰ Para uma explanação sobre a complementaridade entre a noção de campo e as dinâmicas de longo prazo, ver Champagne & Christin (2004).

A racionalização da vida rural

ais que informam as estruturas cognitivas e os espaços dessa interação não obedecem mais aos signos do isolamento e das raízes agrárias, mas sim de uma maior aproximação entre o rural e o urbano, entre natureza e sociedade.

Como toda esfera do mundo social que passa por processos de racionalização, o rural também apresenta regras e agentes que lhe são específicos. Um desdobramento desta nova condição do desenvolvimento rural é a tensão conflitiva atual que decorre de três disjunções relativas às instituições, às estruturas sociais, e ao meio ambiente: a) do fato de que há uma sobreposição de configurações de agentes e interesses – alguns mais vinculados aos fatores presididos pelos aspectos ambientais, outros pelos aspectos econômicos, outros ainda pelos aspectos políticos ou culturais –, quando na “velha ruralidade” havia um agente principal: o agricultor ou as empresas agrícolas; b) de uma incoerência ou no mínimo de atritos entre instituições, quando na etapa anterior o conflito que estava na base das instituições dizia respeito, sobretudo, ao uso do solo através do direito à exploração econômica das atividades primárias; c) de uma contradição entre as formas sociais de racionalização, que têm na mercantilização uma de suas mais extremas manifestações, e o uso social de recursos não diretamente mercantis, como a natureza.

Referências bibliográficas

- Abramovay, Ricardo. *Paradigmas do capitalismo agrário em questão*. São Paulo: Hucitec, 1992.
- Abramovay, Ricardo. Representatividade e inovação. *Paper* apresentado no *Seminário Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável*. CNDRS, Brasília, 2005.
- Abramovay, Ricardo et al. Sucessão hereditária e reprodução social da agricultura familiar. *Agricultura em São Paulo*, 50(1): 11-24. São Paulo, 2003.
- Aymard, Maurice. Autour des Annales – la ville selon Braudel. In: Sachs, Ignacy (org). *Quelles villes pour quel développement*. Paris: Seuil, 1992.
- Backhaus, Jurgen G. & Meijer, Gerrit. City and country – lessons from european economic thought. *American Journal of Economics and Sociology*, Vol. 60, n. 1. January/2001.
- Bairoch, Paul. Cinq milénaires de croissance urbaine. In: Sachs, Ignacy (org). *Quelles villes pour quel développement*. Paris: Seuil, 1992.
- Bourdieu, Pierre. *Le bal des célibataires – crise de la société paysanne en Béarn*. Paris: Éditions du Seuil, 2002.
- Candido, Antonio. *Os parceiros do Rio Bonito*. São Paulo: José Olympio, 1964.
- Champagne, Patrick. *L'héritage refusé – la crise de la reproduction sociale de la paysannerie française – 1950-2000*. Paris: Éditions du Seuil, 2002.
- Champagne, Patrick & Christin, Olivier. *Mouvements d'une pensée – Pierre Bourdieu*. Paris: Bordas, 2004.
- Correa, Edelmira P. & Sumpsi, José Maria (coords.). *Políticas, instrumentos y experiencias de desarrollo rural en América Latina y la Unión Europea*. Madri: AECI/Fodepal, 2001.
- Duby, Georges. L'urbanisation dans l'histoire. In: *Études Rurales*, n. 49-50, Janvier-Juin. 1973, p. 10-14.
- Ehlers, Eduardo. *Determinantes da recuperação da Mata Atlântica no Estado de São Paulo*. Tese de Doutorado, Procam/USP, 2004.
- Favareto, Arilson. *Paradigmas do desenvolvimento rural em questão – do agrário ao territorial*. Tese de doutorado, Procam/USP, 2006.

A racionalização da vida rural

- Friedland, William H. Agriculture and rurality – beginning the “final separation”? *Rural sociology*, 67 (3), 2002, p. 350-371.
- Heather, Barbara et al. Women's gendered identities and the restructuring of rural Alberta. *Sociologia Ruralis* 45 (1-2), 2005, p. 86-97.
- Hegedus, Andras. A questão agrária. In: Hobsbawm, Eric. *História do Marxismo*, vol. 6. São Paulo: Paz e Terra, 1986.
- Hervieu, Bertrand & Viard, Jean. *Au bonheur des campagnes*. Paris: Éditions de l'Aube, 2001.
- Jean, Bruno. *Territoires d'avenir – pour une sociologie de la ruralité*. PUQ, 1997.
- Jollivet, M. A “vocalização atual” da sociologia rural. *Estudos Sociedade e Agricultura*. n. 11, out., 1998, p. 5-25.
- Lefebvre, Henri. *A revolução urbana*. Belo Horizonte: Ed. da UFMG, 2002.
- Magalhães, Reginaldo. *Economia, natureza e cultura: uma visão histórica e interdisciplinar dos sertanejos, dos mercados e das organizações no sertão da Bahia*. Dissertação de mestrado, Procam/USP, 2005.
- Malagodi, Edgard. *Formas e limites do capitalismo agrário – uma leitura crítica de Smith, Ricardo e Marx*. Tese apresentada à PUC-SP, 1993.
- Marsden, Terry. New rural territories: regulating the differentiated rural spaces. *Journal of Rural Studies*, vol. 14, n. 1, 1998, p. 107-117.
- Marsden, Terry. Rural Futures: the Consumption Countryside and its Regulation”. *Sociologia Ruralis*, vol. 39, no. 4, Oct. 1999, p. 501-526.
- Martins, José de Souza. As idéias-unidade da sociologia. In: Martins, J. S. (org.). *Introdução crítica à sociologia rural*. 2a. ed. São Paulo: Hucitec, 1986.
- _____. Conservadorismo e sociologia. In: Martins, J. S. (org.). *Introdução crítica à sociologia rural*. 2a. ed. São Paulo: Hucitec, 1986b.
- Mendras, Henri. *Sociétés paysannes*. Paris: Armand Colin, 1976.
- Mormont, Marc. *À la recherche des especificités rurales*. Fotocopiado, 2000.
- Navarro, Zander. Desenvolvimento rural no Brasil – os limites do passado e os caminhos do futuro. *Estudos Avançados – Dossiê Desenvolvimento Rural*, vol. 15, n. 43, set./dez., 2001.
- Pierucci, Antônio Flávio. *O desencantamento do mundo – todos os passos do conceito em Max Weber*. São Paulo: Editora 34, 2003.

Arilson Favareto

- Ponting, Cliv. *Uma história verde do mundo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.
- Queiroz, Maria Isaura P. Do rural e do urbano no Brasil. In: Szmrecsány, Tamás & Queda, Oriowaldo (orgs.). *Vida rural e mudança social*. São Paulo: Ed. Nacional, 1979.
- Ray, Christopher. The EU Leader Programme – rural development laboratory. *Sociologia Ruralis*, vol. 40, n. 2, April/2000.
- Ray, Christopher. A mode of production for fragile rural economies: the territorial accumulation of forms of capital. – Guest Editorial – *Journal of Rural Studies*, vo. 18 (2002), p. 225-231.
- Sorokin, P.; Zimmerman, C.; Galpin, C. Diferenças fundamentais entre o mundo rural e o urbano. In: Martins, J. S. (org.). *Introdução crítica à sociologia rural*. São Paulo: Hucitec. 1986.
- Thomas, Keith. *O homem e o mundo natural – mudanças de atitude em relação às plantas e aos animais*. São Paulo: Cia. das Letras, 2001.
- Veiga, José Eli. *O desenvolvimento agrícola – uma visão histórica*. São Paulo: Hucitec, 1991.
- Veiga, José Eli. Destinos da ruralidade no processo de globalização. *Estudos Avançados*, n. 51, maio-ago. 2004, p. 51-67.
- Veiga, José Eli. Destinos da ruralidade – um ‘zoom’ sobre a Itália. *Paper* apresentado no XXIX Encontro Nacional da Anpocs, Caxambu-MG, out./2005a.
- Veiga, José Eli. *Desenvolvimento sustentável – o desafio do século XXI*. Rio de Janeiro: Garamond, 2005b.
- Wanderley, Maria de Nazareth B. A emergência de uma nova ruralidade nas sociedades modernas avançadas; o “rural” como espaço singular e ator coletivo. *Estudos Sociedade e Agricultura*, n. 15, out. 2000, p. 87-145.
- Weber, Max. *A ética protestante e o “espírito” do capitalismo*. São Paulo: Cia. das Letras, 2004.
- Weber, Max. *Economia e sociedade*. Brasília: Ed. UnB. 2 vol., 2000.

A racionalização da vida rural

FAVARETO, Arilson. A racionalização da vida rural. *Estudos Sociedade e Agricultura*, abril 2006, vol 14 no. 1, p. 9-48. ISSN 1413-0580.

Resumo. O artigo procura estabelecer a diferença conceitual trazida com a abordagem territorial do desenvolvimento rural em relação às abordagens tradicionais de apreensão deste mesmo objeto nas ciências sociais. Na base da emergência do que se convencionou chamar por “nova ruralidade” há um deslizamento no conteúdo social e na qualidade da articulação das suas três dimensões definidoras fundamentais: as relações rural-urbano, a proximidade com a natureza, e os laços interpessoais. Os significados maiores desta mudança são, de um lado, a erosão do paradigma agrário que sustentou as visões predominantes sobre o rural ao longo de todo o último século, e, de outro, a intensificação de um longo e heterogêneo processo de racionalização da vida rural.

Palavras-chave: Racionalização, desenvolvimento rural, sociologia rural, questão agrária.

Abstract: (*Rationalisation of rural life*). The article seeks to establish the conceptual distinction between territorial and traditional approaches to rural development in the social sciences. Based on the emergence of what has come to be known as “the new rurality” there has been a shift in social content and in the quality of the relationship among its three fundamental defining dimensions: rural-urban relations, proximity to nature, and interpersonal ties. The more important implications of this change are, on the one hand, erosion of the agrarian paradigm that sustained the dominant perspectives of rurality throughout the entire past century and, on the other, an intensification of a long and heterogeneous process of rationalisation of rural life.

Key words: Rationalisation, rural development, rural sociology, agrarian question.